

ass Const

Debate Constitucional

ANC 88
Pasta Jan/Maio 86
140

Cyl Gallindo

JORNAL DE BRASÍLIA - 6 MAI 1986

Constituição de 87

Ao visitarmos a Biblioteca de Plínio Doyle, dias atrás, para participar mais uma vez da saba-doyle, desejávamos reencontrar o Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, a fim de lhe interrogar sobre estrutura de poder e de que maneira concreta um homem comum poderia opinar na elaboração da Constituição 87, pois as fórmulas até agora divulgadas afiguram-se distantes das condições do povo, especialmente do analfabeto, da mulher, do homem do campo, dos humildes, que, sem dúvida, compõem a maioria da população brasileira.

Abraçamos Plínio Doyle, Homero Homem, Joaquim Hojosa, com seus 80 anos recém-festejados, e tantos outros, mas o dono do Canto Primo infelizmente não compareceu.

As nossas dúvidas, porém, juntaram-se alguns fatos recentes que nos motivam a formular as perguntas de público.

O primeiro fato é a licença, por estafa do presidente da Câmara, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães; o segundo é a preocupação do médico oficial da Presidência da República, Messias Araújo, com o presidente José Sarney, "diante do

seu ritmo de trabalho que o obriga muitas vezes a um regime de mais de oito horas diárias e refeições ligeiras interrompidas por telefonemas de políticos e ministros". Computando, até 19/04, 2.006h e 30 min de trabalho só no Palácio do Planalto, com 3.076 audiências, 1.939 despachos, 208 pronúncias, agora as viagens para o exterior e interior do Brasil, com 60 municípios visitados. Terceiro é o Encontro dos Jornalistas, organizado pela Fenaj e Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, visando assegurar o direito social à comunicação. Segue a dúvida quanto ao processo industrial brasileiro que nos parece em permanente disputa sutil com a economia popular.

As preocupações com os presidentes da República, Senado, Câmara, mais Governadores e outros em escalas inferiores, está em saber o porquê destes senhores não gozarem férias. Este repouso remunerado, hoje concebido com inalienável, que serve ao corpo e ao espírito.

Os governantes, como o operário, o burocrata, a doméstica, e qualquer trabalhador do mundo, não

são escravos, merecem descanso. As leis, porém, não prevêm esse direito. Tornam-se escravos por quatro, seis, sete como na França, e até oito anos, como nos Estados Unidos, quando reeleitos.

Ora, os presidentes gozando, sistematicamente, um mês de férias a cada ano, além de usufruírem um direito que lhes assiste, davam objetivo ao povo para eleger os vice-presidentes.

A constituição pode prever que aos vice-presidentes não compete reformar a estrutura de poder do Presidente, mas também criaria a oportunidade destes mostrarem ao povo que os elegeram são capazes de governar.

Quanto ao Encontro dos Jornalistas, sobressaem-se dois aspectos: o de sermos uma classe de nível universitário, ligada ao chamado "quarto poder", e estamos condenando a forma de convocação da constituinte, que não dá direito a participação de todos os brasileiros e o aspecto do direito social da comunicação. Isto significa que a sociedade tem o direito de opinar sobre o conteúdo e a qualidade da comunicação que recebe. En-

tretanto, os canais de comunicação do Brasil são cedidos a pessoas ou grupos, sob critérios que o povo desconhece, da mesma forma que este jamais fora consultado sobre a qualidade de qualquer programa. A esmagadora maioria das estações de rádio e televisão, neste País, serve apenas de repetidora de programação gerada no eixo Rio-São Paulo e de enlatados norte-americanos. A TV Jornal do Comércio de Recife é um exemplo. A época de sua inauguração, foi considerada "modelo" em equipamento, instalações e programas, levando ao ar cantores, atores, artistas plásticos, artesãos, enfim todo os valores nordestinos. Hoje, não obstante funcionar das 07 horas às 3 horas da madrugada, dedica 15,20 minutos às coisas da terra.

Em visita à Europa, observamos que as estações de televisão de lá funcionam apenas das 18 horas às 24 horas, exceto nas quartas-feiras, sábado e domingo, quando antecipa para às 14 horas e 9 horas respectivamente. E

isto sem publicidade ou apenas no começo e no fim da programação.

A imprensa escrita, embora tenha muitas falhas, para sobrevivência ainda atende às exigências locais, mesmo assim focaliza muito pouco os reais problemas que afligem as populações, salvo futebol e criminalidade.

Finalmente, temos o parque industrial que, ao lado dos produtos, de cigarro a automóveis, institucionalizou o fora de linha. Qualquer cidadão que adquira um produto e com cinco ou seis meses este apresente um defeito, ao voltar ao revendedor em busca de peças, ouvirá "está fora de linha". Com isto a economia popular se afunda e o brasileiro é taxado de imprevidente.

Estamos na hora de "tirmos de linha" toda essa problemática e construirmos uma sociedade equilibrada, onde brancos, negros, ricos, pobres, sabidos ou tolos, finalmente todos tenham direitos e deveres equanimemente. Que o cidadão seja cidadão no trabalho, em casa, na universidade, num avião ou num escafandro e que não seja necessária uma Lei de Segurança Nacional, para proteger a Nação dos próprios nacionais.

Cyl Galindo é escritor e jornalista